

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Aleksandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samanda Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

Economista e bacharel em direito. Especialista em direito do trabalho e legislação social. Mestre e doutor em direito e sociologia (PPGSD/UFF). Auditor-Fiscal do Trabalho e professor do Centro Universitário Geraldo di Biase. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Membro da Rede de Pesquisa Empírica em Direito. E-mail: 803monsore@gmail.com.

1 | INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretende-se esquadriñar o processo de reconfiguração institucional do Sistema de Inspeção do Trabalho, após o advento da Constituição de 1988, examinando as mudanças ocorridas em seu desenho institucional.

A abordagem do objeto, para além da mera descrição ou análise de conjuntura, pretende contemplar suas várias faces. Para o fim desta pesquisa, a Inspeção do Trabalho será tomada em seu caráter institucional, de atividade estatal ou “órgão de Estado revestido de *imperium*” (MANNRICH, 1991, p. 62), de elemento substantivo do direito do trabalho, integrante da sua “*envoltura protectora*”

(CUEVA, 1985, p. 94), e também de “forma estrutural” da regulação das “*wage-relations*” (AGLIETTA, 2001, p. 19).

Os apontamentos que se fazem, neste trabalho, limitam-se ao panorama mais geral da transformação institucional pela qual passou – e vem passando – a Inspeção do Trabalho no Brasil, em paralelo com o processo errático de construção do corporativismo societal, enquanto promessa da CRFB/88, tendo na hipertrofia do Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT) a sua maior evidência.

Reforça-se a importância desse paralelo entre o Sistema de Inspeção do Trabalho e o de Relações de Trabalho, encarregado do gerenciamento do SIRT, porquanto o processo de reconfiguração pós-CRFB/88 da fiscalização trabalhista brasileira pode ser descrito, também, como um movimento de disjunção com o Sistema de Relações de Trabalho, para o que a pauta política endossada pelos próprios grupos de pressão em favor da Inspeção do Trabalho, centrada da recém-adquirida vocação arrecadatória foi fundamental.

Sem embargo, há evidências de que a adesão voluntária à lógica produtivista, e aos sistemas de controle travestidos de ferramentas de gestão eficaz, vem produzindo o que pelas gerações veteranas da Inspeção do Trabalho é

considerada uma crise de identidade: o produtivismo fiscal, em vez da magistratura social¹.

2 | INSPEÇÃO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE TRABALHO PÓS-CRFB: DESCORTINANDO SUAS CONEXÕES

Inspeção do Trabalho e Relações de Trabalho, como estruturas que, juntamente com o Sistema de Trabalho, Emprego e Renda, compõem o tripé de atuação do Ministério do Trabalho (MTb), sempre operaram de forma sincrônica, desde os anos trinta, época em que o Brasil passou a contar com uma política pública concebida e implementada para monitorar e intervir sistematicamente no trabalho assalariado.

Emoldurados institucionalmente até a última transição constitucional, os Sistemas de Inspeção e Relações de Trabalho compartilhavam diversos espaços de atuação, e nestes, a mesma orientação teleológica, a qual durante muito tempo fora pespontada pela atuação singularizada do Agente da Inspeção do Trabalho², personagem central dessa história.

A CRFB/88 trouxe várias promessas. Tantas no campo social, e muitas mais no campo econômico. Mas apesar de a nova ordem constitucional introduzir o tripartismo e incrementar a autonomia negocial coletiva, sugerindo que uma era de democracia nas relações de trabalho havia chegado, o Ministério do Trabalho foi preservado em seu lugar de protagonista do trabalhismo brasileiro, isto é, de forma estrutural privilegiada da regulação e da formulação de políticas para o trabalho. Reafirmou-se, também, como o lugar da consensualização coletiva dos conflitos capital x trabalho, dividindo os holofotes com a Justiça do Trabalho e seu dissídio coletivo, mas ultrapassando-o em significância ainda na década de noventa.

Tanto quanto sei, foi Dal Rosso (1996) quem primeiro problematizou a fiscalização estatal do trabalho, analisando a forma pela qual era mobilizada, segundo os interesses de Estado. Para além do discurso da proteção do trabalhador, o Sistema de Inspeção do Trabalho, segundo o sociólogo da UnB, sempre pareceu entrosado com os vários projetos político-econômicos que, a partir do Estado Novo, se sucederam até a Constituição de 1988.

É provável que tal simbiose fizesse mesmo sentido, visto que em todas as ordens constitucionais que antecederam, no século XX, a CRFB/88, os direitos sociais trabalhistas foram enunciados como um apêndice da ordem econômica. Foi a partir da atual Constituição que os valores sociais do trabalho entraram em tensão declarada com a livre iniciativa³, constituindo uma ordem à parte, informada por princípios que não margeavam necessariamente os interesses econômicos, e dinamizada pelo direito

1 Ver em Chetcuti (1976) e Mannrich (1991).

2 Forma genérica de se referir ao atual Auditor-Fiscal do Trabalho (AFT).

3 Quando não expressamente conciliados (*cf* art. 145 da CF/1946), a liberdade de iniciativa e os valores do trabalho não eram nada além de princípios informadores da ordem econômica. Alçados ao

de resistência coletivo, que não sem algum otimismo “redemocrático” se realizaria pelo exercício da representatividade sindical.

Sem antecipar qualquer debate em torno do mérito das intervenções estatais no Sistema de Inspeção do Trabalho, é fato que até o advento da CRFB/88, a atuação da fiscalização trabalhista sempre esbarrou nos limites definidos pelo Estado no campo das relações de trabalho (A. GOMES, 2005). A CRFB/88, nesse sentido, teria inovado, pois os direitos sociais trabalhistas, agora analiticamente constitucionalizados, pareciam desprender-se definitivamente da pecha de meras contrapartidas circunstanciais de um capitalismo funcionalista (VIANA, 2001, p. 52), ou de concessões de um paternalismo estatal (FRENCH, 2001). Tornaram-se, pois, elementos substantivos da emancipação do trabalhador, a evidência de que o texto constitucional brasileiro ostentava as condições para o resgate das promessas da modernidade (STRECK, 2014).

Com a nova ordem constitucional, tudo indicava que os Sistemas de Inspeção e de Relações de Trabalho tenderiam a assumir novas e inéditas configurações institucionais: a fiscalização trabalhista com mais autonomia, e a organização sindical com mais liberdade. Assim sendo, a tendência é que um novo roteiro delineasse a atuação de ambos os sistemas, estabelecendo entre eles uma nova forma de interação.

Isso, de fato, aconteceu. Um “novo”⁴ elo de ligação intersistêmico se estabeleceu, através de um modelo de mediação de conflitos de direitos, inclusive individuais, cuja regulação em espécie havia chegado meses antes da promulgação da CRFB/88. Se a ação ministerial se orientava, de fato, para a proteção e consolidação dos direitos sociais trabalhistas constitucionalmente enunciados, vinha a calhar que a Inspeção do Trabalho e o Sistema de Relações de Trabalho se aliassem em prol de um modelo repositivo de direitos.

Assim foi que os anos noventa começaram promissores para a Inspeção do Trabalho. Além da equiparação com seus “primos ricos”, a Receita Federal, o quadro de Fiscais do Trabalho foi parcialmente recomposto com o primeiro concurso público pós-CRFB/88, em 1994. No âmbito das Relações de Trabalho, após um período de transição bastante tumultuado, iniciou-se uma fase de autonomização e impulso do modelo de mediação de conflitos, juntamente com o lançamento das primeiras bases do que iria se tornar, anos mais tarde, o Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT).

Não parecia preocupante o fato de os Sistemas de Inspeção e Relações de Trabalho terem se separado institucionalmente em 1995. Fosse, talvez, até desejável, e representasse, de fato, a emancipação política da fiscalização estatal trabalhista, condição sem a qual não seria possível introduzi-la no conjunto seletivo de atividades típicas de Estado. Na prática, contudo, ambos os sistemas seguiam atuando de forma

nível de princípios federativos, trabalho e livre iniciativa se autonomizaram em seus próprios estatutos analíticos de direitos constitucionais, a partir da CRFB/88.

4 De fato, nada há de novo, em se tratando da histórica vocação mediadora do Ministério do Trabalho. A novidade foi o advento de um processo de mediação/conciliação administrativa em espécie (Portaria 3.122/88) – a Mesa Redonda – que se abriu também para os conflitos de direitos individuais.

colaborativa, reforçando-se mutuamente, nem tanto à custa das normas que vieram a definir a nova estrutura regimental do Ministério do Trabalho, mas por conta da ação dos Fiscais do Trabalho que atuavam no âmbito de cada sistema.

3 | NEOLIBERALISMO E A PAUTA POLÍTICA DOS AGENTES DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

De fato, a cartilha neoliberal adotada pelos governos Collor, Itamar e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) afetou a Inspeção do Trabalho, geralmente de forma indireta, a partir da regulação das relações de trabalho. Por outro lado, normas de baixa estatura e de caráter procedimental buscavam impor certas limitações à fiscalização trabalhista, inclusive no que tangia ao controle da legalidade das cláusulas pactuadas em acordos ou convenções coletivas.

Mas a atuação dos Agentes da Inspeção do Trabalho mantinha-se plasmada por um *télos* em que o princípio da proteção ocupava, no plano discursivo e intersubjetivo, uma posição de destaque, e parecia mesmo refratária às tentativas diretas e indiretas de intervenção estatal. Mesmo a grande investida doutrinal havida no final da década de noventa: “o novo perfil da fiscalização do trabalho”, não encantou os corações da “fiscalização de pasta”, a despeito do quanto possa ter contribuído para a eclosão do que costumo chamar de “o problema da integração intersistêmica” (ASSUMPÇÃO, 2015).

O cenário de precarização do emprego que domina o contexto da literatura jurídica e sociológica, a respeito dos anos noventa no Brasil, avaliza a aposta de alguns autores, dentre os quais Dari Krein (2003), de que os governos neoliberais exerceram forte pressão sobre a Inspeção do Trabalho, no sentido de controlá-la, na razão inversa do impulso dado aos modelos de negociação, chegando mesmo a criar um processo administrativo em espécie: as Mesas de Entendimento, feito sob medida para o Sistema de Inspeção do Trabalho.

Mas o impacto do neoliberalismo tupiniquim não chegou a afetar a Inspeção do Trabalho direta e profundamente, senão por via reflexa, e isto se deve a um oportuno e bem ensaiado discurso de resistência dos AFTs, e de práticas que reforçavam o caráter decisório do ato de polícia-fiscal.

A resistência corporativa dos AFTs é fenômeno de poucas décadas, e começa com a geração egressa do concurso de 1974, cuja atuação política foi essencial para a elevação da Inspeção do Trabalho ao mesmo patamar da fiscalização federal tributária, o que só foi possível com o reconhecimento da “vocação arrecadatória”, a partir da recém-adquirida competência para fiscalizar o FGTS.

Enquanto política pública, a fiscaliza o trabalhista continuou justificando as razões de Estado através do discurso da prote o do trabalhador, que passou a ser direcionado para as fronteiras tensionadas com outras formas estruturais de atua o

estatal no âmbito da relação salarial, pondo-se em franca disputa pelo domínio do *télos* protetivo do trabalhador, seja com o Ministério Público do Trabalho, com o Judiciário Trabalhista, com a Previdência Social (no que tange às questões de segurança e saúde do trabalhador), e mesmo com os órgãos estaduais responsáveis pela execução de políticas de trabalho e renda.

Mas os grupos de pressão em defesa dos interesses da fiscalização trabalhista, ostentando a condição de integrantes do grupo fisco, também direcionaram suas energias para dentro do próprio Ministério do Trabalho, num esforço de isolamento perante os demais sistemas (incluindo o de Relações e Trabalho). O objetivo da Inspeção do Trabalho, no âmbito da vinculação com o MTb, era diferenciar-se internamente e autonomizar-se, política e estruturalmente, sugerindo a mesma lógica dos “subuniversos de significação”, de Berger e Luckmann (1996), buscando ter o domínio do próprio processo de reformulação institucional.

Decerto que o esforço de “endodiferenciação” da Inspeção do Trabalho implicava, necessariamente, num mimetismo estrutural e operacional com a fiscalização tributária federal, de modo que as prioridades de ação da Inspeção do Trabalho passaram a ser ditadas em razão do quanto impactava, direta ou indiretamente, na arrecadação do FGTS. O empoderamento político da Inspeção do Trabalho exigia, portanto, a mudança do seu discurso de valorização funcional.

4 | “PÓS-NEOLIBERALISMO” E A CRISE IDENTITÁRIA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A estratégia de mobilização intramuros da Inspeção do Trabalho ressaltava a importância da vocação arrecadatória, na medida em que reduzia o peso do *télos* protetivo do trabalhador, algo inconveniente, decerto, considerando o projeto desenvolvimentista introduzido por Lula, a partir de 2003. Este, por sua vez, manteve, de início, os mesmos fundamentos da política de inspeção do trabalho conduzida por FHC, mas investiu fortemente na “valorização” da carreira do grupo fisco, chegando mesmo a criar uma “super-receita”, à qual se equiparou, em termos funcionais, a fiscalização trabalhista.

A adesão à lógica arrecadatória alavancou a carreira dos AFTs, embora os tenha deixado mais distantes do mundo do trabalho. Tal perda de visibilidade social poderia ser compensada pela espetacularização das diligências fiscais, e de uma mudança estética no âmbito de atuação. Mas o fato é que a grande reformulação trazida pela Portaria nº 546/2010 consolidou de vez o produtivismo fiscal como o grande paradigma de eficácia da Inspeção do Trabalho no Brasil.

O razoável sincronismo existente entre o Sistema de Inspeção e de Relações de Trabalho desapareceu, quando em nome da eficiência fiscal o trânsito livre dos AFTs pelos espaços de composição de conflitos trabalhistas foi obstado.

Por outro lado, um novo cenário da regulação da relação salarial começou a ser formar. Incorporaram-se novas estratégias à política de flexibilização do garantismo trabalhista implementada na década de noventa, incluindo a precificação das condições de trabalho, mormente as que se referem à duração da jornada. O trabalho associado e a “razão empreendedora” (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012) tornaram-se políticas de Estado, reorientando o projeto de emancipação pelo trabalho para fora do *salariato*. A doutrina desenvolvimentista possibilitou o surgimento de um novo perfil de trabalhador, desterritorializado e desidentificado com as suas representações classistas. Os paradoxos da liberdade sindical, especialmente no que tange ao enquadramento [sindical] espontâneo, alimentou o discurso falacioso das expertises regionais, e com ele o modelo tupiniquim de *dumping* social: “não há bloqueiro melhor que o maranhense; não há gesseiro melhor que o cearense”⁵.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações institucionais do Sistema de Inspeção do Trabalho, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, é empresa complexa e multifacetada. Primeiro, porque não é possível narrar a trajetória da fiscalização trabalhista no Brasil sem entender suas conexões com o Sistema de Relações de Trabalho.

Segundo, porque em termos políticos é de extremo proveito que tal análise leve em consideração os dois grandes momentos que se sucederam nos últimos vinte e seis anos: o dos governos denominados neoliberais, e o dos que se poderiam chamar pós-neoliberais⁶. Nesse sentido, há evidências de que a década neoliberal não foi tão “perversa” para a Inspeção do Trabalho, em comparação com o que se vivencia em nossos dias, mormente a partir de 2010, com o advento da principal reformulação do modelo de fiscalização trabalhista no Brasil, desde a CRFB/88.

Para os mais antigos AFTs, a Inspeção do Trabalho vem perdendo o seu *status* de observador privilegiado do mundo do trabalho, na medida em que abandona uma atuação compreensiva em prol de um planejamento fiscal comprometido com metas formuladas segundo uma lógica autorreferenciada⁷.

Alguns diriam que parte considerável desse processo é de responsabilidade dos próprios AFTs, de suas escolhas passadas, notadamente do enorme esforço de adesão ao grupo fisco, para o que se fazia necessário negar a atuação centrada na

5 Depoimento informal do representante do Sindicato da Construção Civil de Volta Redonda, durante a sessão de mediação de conflitos ocorrida em junho de 2013 (Proc. 46232-001912/2013-07), cujo objetivo era discutir com o sindicato dos trabalhadores, com as representações municipais do Sul-Fluminense, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, as condições de trabalho dos operários que laboravam nas obras do projeto “Minha Casa, Minha Vida”.

6 Sem embargo de toda controvérsia acerca dessa expressão. Para Boito Júnior (2005), os governos petistas não representaram um rompimento com o neoliberalismo, apenas propuseram sua reforma.

7 Independentemente de qualquer variável demográfica ou macroeconômica, seja relacionada

magistratura social, para em lugar disso, ainda que de viés, pudesse mostrar sua vitalidade no campo da arrecadação tributária.

Uma das evidências mais inquietantes que se tem, no momento, é que a Inspeção do Trabalho vem passando, já há algum tempo, por um dilema diretamente ligado à identidade de seus agentes. Considerando que se trata de um instituto que concorre para a construção do próprio direito do trabalho em *terrae brasilis*, pode-se afirmar que precarização da Inspeção do Trabalho brasileira implica, necessariamente, na precarização do nosso sistema de garantias sociais, centrado na proteção do trabalho assalariado.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **A Theory of Capitalism Regulation: the U.S. experience**. W.W. Norton II: New York, 2001.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appolinário de. **Empreendedorismo Tupiniquim: notas para uma reflexão**. Trabalho apresentado no I CONINTER, Niterói, RJ, nos dias 03 a 06 de setembro de 2012. Anais...CONINTER I, 2012. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/Anais%20I%20Coninter.html>. Acesso em: 13.05.2015.

ASSUMPÇÃO, L.F. Monsores de. **A Mediação de Conflitos de Direitos no Âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego: entre paradigmas e paradoxos**. Trabalho apresentado no V Congresso da AbraSD - PESQUISA EM AÇÃO: ÉTICA E PRÁXIS EM SOCIOLOGIA DO DIREITO, Vitória, ES, nos dias 19 a 21 de novembro de 2014. Anais...V Congresso da AbraSD. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/203511_b7060c02cce54d20b75e7be2794a7188.pdf. Acesso em: 06.01.2015.

_____. **Dissídio Coletivo Consensual e Autonomia Negocial Coletiva: uma análise teórica e empírica dos paradoxos e determinismos da “crise” do sindicalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

AUGUSTO, André Guimarães. **A Dessubjetivação do Trabalho: o homem como objeto da tecnologia. Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, maio/agosto, 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 33ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOITO JR. Hegemonia neoliberal no governo Lula. In: **CEMARX – Crítica Marxista**. n.17. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-boito.pdf. Acesso em: 01/09/2015.

_____. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. São Paulo: **Revista Adusp**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a01.pdf>. Acesso em: 01. Out. 2016.

CARDOSO, Adalberto M. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ao emprego, à inflação, à produtividade do trabalho, à expansão ou encolhimento de certos setores da economia, ao Produto Interno Bruto etc., as metas são sempre crescentes, regurgitadas e ampliadas segundo uma lógica autopoiética, que assume como pressuposto o débito permanente da Inspeção do Trabalho com a realidade circundante.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. A Inspeção do Trabalho no Brasil. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 48, no 3, 2005, p. 451 a 490.

CHETCUTI, Claude. Réflexions sur L'Inspection du Travail. **Droit Social**: Paris, 1973, n. 2.

CUEVA, Mario de La. **El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo – Tomo I**. México D.F.: Editorial Porrúa, 1985.

DAL ROSSO, Sadi. A Inspeção do Trabalho. In: **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, Vol. 30, nº 2, mar/abr/1996, p. 107-139.

FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo**. 2ª Ed. Editorial Trotta: Madrid, 2010.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Estado e Direito do Trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008**. Salvador, 2012. 473 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FRENCH, John D. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, José Cláudio de Magalhães. Histórico de inspeção do trabalho. **Revista de Inspeção do Trabalho**. Brasília, v.I, n. 1, maio/1988.

JESSOP, Robert. **El Futuro del Estado Capitalista**. Los Libros de la Catarata: Madrid, 2008.

KREIN, José Dari. **Balanço da reforma trabalhista do governo FHC**. In: PRONI, Marcelo; HENRIQUES, Wilnês (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 279-322.

_____. **Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil (1990-2005)**. Campinas, 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. **Tempo Social**. São Paulo, vol. 21, nº 1, 113-132, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 24.10.2015.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANNRICH, Nelson. **Inspeção do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1991.

MIGUEL, Antônia Celene. **O Fiscal do Trabalho: entre a lei e o mercado**. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, SP, nos dias 1 a 5 de setembro de 2003. Anais...SBS 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=116&Itemid=171. Acesso em: 02.09.2015.

_____. **A Inspeção do Trabalho no Governo FHC: uma análise sobre a política da fiscalização do trabalho**. São Carlos, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2004. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5036137-Universidade-federal-de-sao-carlos-centro-de-educacao-e-ciencias-humanas-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-sociais.html>. Acesso em: 03.11.2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Inspeção do Trabalho numa Ordem Jurídica em Transformação. **Revista da Inspeção do Trabalho**, Brasília, vol. 1, nº 1, maio de 1988.

PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de Implementação e Resultados de Políticas Públicas: Fiscais do Trabalho e o Cumprimento da Lei Trabalhista no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**,

Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 3, p. 735 a 769, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582009000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 10.04.2014.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Sobre a fiscalização do trabalho. **Revista de Inspeção do Trabalho**, Brasília, v. 1, n. 1, maio/1988.

SILVA, Sayonara Grillo C. L. da. Direitos Fundamentais, Garantismo e Direito do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, n. 3, p. 274-292, jul./set. 2011.

_____. Direitos Fundamentais e Liberdade Sindical no Sistema de Garantias: um diálogo com Luigi Ferrajoli. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VI, nº 6 - Junho de 2005.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 11^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

VIANA, Márcio Túlio. O Novo Papel das Convenções Coletivas de Trabalho: Limites, Riscos e Desafios. **Revista do TST**, Brasília, vol. 67, n. 3, p. 47-63, jul./set. 2001

VIANNA, José de Segadas. A Paz Social Depende de uma boa Aplicação da Legislação do Trabalho. **Revista da Inspeção do Trabalho**, Brasília, vol. 1, nº 2, junho de 1989.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

